

Resenha da obra “Estado e economia no capitalismo”, de Adam Przeworsky

Liliam Ferraresi Brighente¹

PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

Resumo

Esta resenha tem por objetivo apresentar as ideias fundamentais desenvolvidas por Adam Przeworsky na obra “Estado e Economia no Capitalismo.” A premissa central da qual parte o autor para iniciar a sua investigação é a de que o capitalismo caracteriza-se por uma tensão permanente entre o mercado e o Estado. Desse modo, ao longo do texto, ele busca investigar se esta tensão pode ser resolvida e de que forma, bem como quais as consequências que resultam desse embate para a democracia.

Palavras-chave: Capitalismo. Estado. Economia. Mercado. Democracia.

1 Considerações iniciais

Adam Przeworsky nasceu em Warsaw, na Polônia, em 1940. É um dos cientistas políticos contemporâneos responsáveis pela atualização do marxismo. Desenvolveu sua carreira docente na Universidade de Chicago e leciona na Universidade de Nova York.

Na obra “Estado e Economia no Capitalismo”, a premissa central que dá início à investigação de Przeworsky é a seguinte: “Há no capitalismo uma tensão permanente entre o mercado e o Estado².” Como essa tensão se resolve, se é que ela se resolve, e quais as consequências que resultam desse embate para a democracia são as principais questões debatidas no livro.

¹ Graduada em direito pela Faculdade de direito de Curitiba (2005). Graduanda em filosofia e mestrada em Direito pela Universidade Federal do Paraná.

² PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 7.

O entrelaçamento entre mercado, Estado e democracia ocorre no seguinte ponto: O mercado pretende alocar os recursos produtivos de acordo com a regra da maior lucratividade (acumulação). O Estado, no entanto, tem por missão atender o critério principal da democracia, redistribuir os recursos da forma mais igualitária possível justificando, assim, a sua existência política (legitimidade). Portanto, o critério de distribuição das riquezas no capitalismo é conflitante, pois enquanto o mercado pretende distribuir desigualmente, o Estado propõe uma regra coletiva de distribuição.

O Estado, como se pode antever, surge como ator de relevo na disputa, pois, dependendo de sua atuação, pode reforçar o capitalismo, promover a democracia ou, até mesmo, favorecer o capital (ainda que sua intenção seja atender à democracia). Essas possibilidades são expressas por Przeworsky logo na abertura do estudo:

Deveriam os governos intervir de algum modo na economia? Os Estados suprem as falhas de funcionamento do mercado, tornando a alocação de recursos mais eficiente? Estariam os mercados operando 'mais suavemente' apenas porque são continuamente organizados e regulados por Estados? Ou a intervenção estatal é sempre uma fonte de incerteza e ineficiência? Em suma, a intervenção beneficia ou prejudica o bem-estar geral? Os Estados são organizações universalisticamente orientadas ou apenas mais um dentre uma multiplicidade de atores particularistas, diferenciado apenas pelo monopólio da coerção?³

Levando em consideração estas questões, o autor examina três teorias básicas que tentaram fornecer uma resposta para as relações entre Estado, capital e sociedade: os Estados buscam atender aos interesses dos cidadãos; os Estados visam obter os seus próprios interesses; os Estados, em verdade, implementam os objetivos do capital. Dessa tripartição, provém a divisão da obra: o governo do povo; o governo do Estado; o governo do capital.

³ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumar, 1995. p.8.

2 O Governo do povo

Será acertado dizer que mesmo no capitalismo é o povo que governa? Em outras palavras, consegue o povo exercer a sua soberania por meio do processo democrático? O Estado, por meio de seus agentes públicos, de fato representa perfeitamente os interesses dos governados?

Nessa vertente, as teorias econômicas da democracia defendem que os agentes públicos representam perfeitamente os interesses dos indivíduos. Os políticos competem entre si por apoio popular (busca de votos) e obtêm esse apoio na mesma medida em que suas propostas correspondem às preferências dos cidadãos. Há, portanto, uma coincidência entre políticas públicas e as preferências coletivas.

Przeworsky enfoca o governo da maioria pelo “modelo do eleitor mediano”. Isso significa dizer que nesse sistema as decisões são tomadas pela regra da maioria e a proposta vencedora é “aquela que nenhuma alternativa pode derrotar.”⁴ O que se toma por base são as preferências desse indivíduo hipotético: o eleitor mediano. Quem é eleitor mediano estabelece-se pelo critério da renda e da tributação.

O problema dessa teoria, de acordo com Przeworsky, é que se pode ter ao final do processo de seleção e votação das preferências individuais um resultado inusitado: as mesmas preferências individuais podem conduzir a um resultado coletivo totalmente diverso. Dito de outro modo, o resultado da votação pode não corresponder a nenhuma das preferências em votação e, logo, não representar a preferência de nenhum eleitor. Przeworsky desenvolve vários exemplos para mostrar o acerto dessa afirmação e conclui ao final que como o resultado não corresponde às preferências de nenhum eleitor, não se pode dizer que há propriamente uma expressão da vontade coletiva, mas que: “[...] as eleições não são um mecanismo significativo para a expressão da vontade popular.”⁵ Essas alternativas não previstas compõem o que se denomina de “teorias da impossibilidade”.

⁴ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 17.

⁵ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 24.

Já no que diz respeito à tributação da renda daquele que seria o eleitor mediano, Pzeworsky afirma que este critério é falho, pois quando se taxam todos que possuem excedente de renda para transferir aos que têm rendimentos abaixo do tributável (ambos em relação ao mediano), o que acontece é que se baixa a média de tributação. Isso porque o que se verifica são as *deadweight losses*: ninguém mantém o excedente para ser taxado. Ou se gasta mais ou se transfere as dotações para atividades não taxáveis; ou simplesmente se pratica a sonegação fiscal, frustrando-se a almejada transferência de renda.

Além disso, acresce um terceiro argumento: as teorias econômicas não consideram que as preferências dos eleitores podem mudar durante o processo político diante das mútuas interações com propostas concorrentes, mas pressupõe que elas são sempre fixas, o que de fato não se verifica.

Entretanto, considere-se idealmente que a tese dos agentes públicos perfeitos funcionasse e de fato se atendesse a preferência coletiva, ainda assim, poderia se fazer uma crítica a essa visão, a crítica dos neoliberais.

Para os neoliberais, não é necessário qualquer intervenção do Estado na economia. Aliás, a própria possibilidade de intervenção já é nefasta. Eles entendem que o mercado se autorregula e que o Estado é uma fonte de ineficiência, sendo falha a democracia. Nada garante que o Estado atue melhor que o próprio mercado, que deve no máximo exercer o papel de regulador.

Da mesma forma, o processo democrático é vicioso porque os cidadãos são ignorantes e manipuláveis, sem contar que, em muitos Estados, sequer é possível excluir os eleitores desinteressados, pelo que uma enorme gama de cidadãos não vota com conhecimento nem com interesse. Isso tudo argumentam os neoliberais, para fazer uma contraposição com o mercado.

No mercado, ninguém decide sobre matérias que não tenham interesse para si próprio. Além disso, a informação é mais acessível. Isso se demonstra pelo fato de que os eleitores sabem muito mais sobre os preços do supermercado ou dos automóveis de passeio do que sabem sobre os salários ou os gastos e investimentos

públicos. Por conseguinte, afirmam os neoliberais, o mercado é superior ao Estado na seleção de preferências, pois aqui qualquer erro implica em perda de riqueza para o indivíduo.

Não fosse só isso, os neoliberais sustentam que o processo político é fonte de enormes desperdícios. O argumento se constrói assim: na tentativa de influenciar o governo, todos desperdiçam recursos. Imagine que o Estado deixe de introduzir uma tarifa que havia anunciado que seria aplicada. Perdem tantos os que gastaram com incentivos ao governo, para que aprovasse a tarifa, quanto aqueles que gastaram para influenciar o governo a não aplicá-la e, no fim das contas, o Estado não fez nada. Qual é a conclusão? A própria possibilidade de intervenção é uma causa de desperdício. Logo, os políticos deveriam ouvir os economistas.

Przeworsky, após expor a crítica neoliberal, passa a analisá-la e, de saída, diz que a tese central sobre a ineficiência do Estado nem sempre se sustenta. Isso ocorre porque não se pode usar o mesmo critério de eficiência para o mercado e para o Estado. Uma política pública pode reduzir a renda nacional e, todavia, aumentar o bem-estar da sociedade, podendo ser considerada eficiente nesse sentido.

Ademais, o que no fundo alicerça as críticas neoliberais é que elas possuem uma “preferência apriorística pelo mercado” e uma “preferência ideológica pela propriedade privada,”⁶ não se importando nem um pouco em fazer pouco caso da política; aliás, não concedem espaço à política, o que resulta numa rejeição da própria democracia.

Diante de tudo o que foi dito, não fica claro que o Estado em sua atuação não pretenda atender os interesses do povo, e, contudo, também não é evidente que é o povo quem governa.

⁶ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 35.

3 O Governo do Estado

Essa visão parte do ponto de vista de que os Estados são capazes de ofertar políticas públicas autonomamente, seja em relação ao mercado seja em relação à sociedade. Defende-se que, quando os governantes conseguem estabelecer o seu próprio governo, o Estado se torna autônomo. Assim sendo, o que prevalece para esses teóricos são as preferências dos dirigentes estatais que têm objetivos próprios, nem sempre coincidentes com os do mercado ou mesmo aqueles da sociedade.

Przeworsky se pergunta, então, em que condições o Estado pode-se dizer autônomo, fornecendo a sua definição: “O Estado é autônomo quando os governantes têm a capacidade institucional de escolher seus próprios objetivos e de realizá-los diante de interesses conflitantes,”⁷ e acresce que nem sempre a capacidade de formular os objetivos é acompanhada da vontade de implementá-los, embora seja controverso se isso importa na perda da autonomia. Por quê? Por duas razões: a) há um limite econômico e institucional: no capitalismo a propriedade da força de trabalho e do capital é privada, logo o Estado não pode comandar o investimento nem o trabalho. Offe,⁸ nesse sentido, fala que os Estados podem, no máximo, fazer ofertas às outras instituições, as verdadeiras responsáveis pelas decisões, e que as ofertas não são aceitas, e se perde a capacidade de direção, ou então para serem aceitas tem de ser tão atrativas que deixam de beneficiar o público para atender apenas ao privado; ademais, sendo o Estado uma organização complexa, sua capacidade de intervenção não pode ser desempenhada sem um aparato burocrático efetivo; b) a partir do momento em que o Estado passa a intervir na economia, os capitalistas passam a ter razões para querer controlar o Estado. Isso significa que haverá maior resistência contra o Estado, que pode sair do conflito invadido e dividido diante das pressões políticas. Assim o teorema geral seria o de que “à medida que a capacidade [do Estado] de implementar suas preferências aumenta, sua capacidade de formulá-las independentemente declina.”⁹

⁷ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 49.

⁸ Offe (1974 apud PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p.47.

⁹ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 48.

Essa argumentação, no entanto, parece ter conduzido à conclusão de que os Estados não podem ser autônomos. Então, o passo seguinte de Przeworsky é investigar as origens da autonomia do Estado.

As teorias de inspiração marxista partem logo do princípio de que o Estado não é autônomo porque quem comanda o Estado é sempre a classe dominante; por conseguinte, o Estado é instrumental. O critério relevante para essa definição são as relações de classe: o Estado funciona segundo o interesse da burguesia e só excepcionalmente é autônomo (teoria da autonomia relativa). Marx e Gramsci são partidários dessa tese.

Por outro lado, uma segunda corrente entende que a burguesia até pode governar diretamente, mas prefere não fazê-lo, pois são altos os custos da luta pelo poder político e, depois, pelo seu exercício. Os burgueses querem apenas lucrar, motivo pelo qual entregam o governo a uma ditadura forte de Estado. Essa teoria não conta, contudo, que o Estado nem sempre age em favor dos interesses da burguesia que se absteve (daí ser dita “teoria da abstenção”).

Em oposição a esta última interpretação, aparece a “teoria da burguesia fraca”. Nos países desenvolvidos (Europa Ocidental) a burguesia é forte, porém o mesmo não pode ser dito para os países subdesenvolvidos. Precisamente porque a burguesia é fraca é que ela não consegue se organizar politicamente a ponto de tomar conta do Estado, o que abre a este último o espaço para a autonomia. Przeworsky contra-argumenta que a História não corrobora essas afirmações: na Europa, por exemplo, a burguesia nem sempre governou e na América Latina nem sempre o Estado teve um papel preponderante, ou seja, não há uniformidade nem estabilidade na administração econômica do Estado. Desse modo, o alegado contraste não se sustenta. A abdicação da burguesia pode criar um espaço de poder, mas não demonstra se ele será, ou mesmo como será, preenchido.

Ainda, a partir das premissas marxistas, há uma segunda hipótese para a autonomia do Estado. Os marxistas ortodoxos alegam que ela surge do equilíbrio de classes: nenhuma classe quer lutar pelo poder, pois ambas poderiam sair destruídas. Em vista disso, o Estado domina a ambas, sendo desde então autônomo.

Essa vertente gera vários desdobramentos resumidos a seguir: “(1) uma burguesia forte, confrontando oponentes fracos, exerce o poder de Estado diretamente; (2) o equilíbrio entre uma burguesia forte enfrentando um proletariado forte resulta em fascismo; (3) a situação em que todas as classes são fracas resulta em formas mais pacíficas de autonomia do estado”¹⁰ e (4) se a burguesia é fraca e o proletariado é forte, têm-se os regimes burocráticos autoritários como no Brasil e na Argentina. Desta maneira, a autonomia do Estado depende da força relativa das classes.

O contra-argumento de Przeworsky aqui é o mesmo para a primeira hipótese marxista: “O enfoque da autonomia relativa não pode precisar que instituições de Estado específicas vão emergir e continuar a se desenvolver. Assim precisamos retornar ao Estado.”¹¹

A burguesia pode controlar a economia, mas não controla os meios de violência. Isso conduz à “abordagem centrada no Estado”. Sob esse prisma, o Estado influencia a sociedade, explicando a natureza das políticas governamentais. O Estado conforma as classes e as lutas de classes, não o inverso. O Estado não se submete apenas a interesses localizados na sociedade, mas tem um papel ativo: domina, por meio da sua burocracia, as demais organizações dentro do território, molda a cultura e a economia e, o mais importante, exerce a primazia da força.

Os problemas contidos nessa perspectiva são apontados por Przeworsky: ela só se torna coerente se o Estado derivar seu poder exclusivamente da força. Novamente, os exemplos históricos mostram que isso nem sempre ocorreu: há Estados em que a força militar é controlada pelos civis. Além disso, há a questão do controle dos bens pelos agentes privados, razão pela qual não é só a força que governa. Entretanto, o argumento principal de Przeworsky contra essa abordagem é que quando se toma como característica central do Estado o monopólio da violência, não faz sentido se falar em autonomia porque o que impera é a dominação.

¹⁰ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p.61.

¹¹ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 62.

Pzeworsky observa sobre isso que a coesão e eficácia do Estado dependem, ao menos em parte, das condições localizadas na sociedade e que o próprio Estado é objeto de conflitos permanentes, a saber: conflito entre as próprias instituições estatais; conflito entre quais objetivos erigir em políticas públicas; conflito com os atores sociais que são afetados adversamente pelas políticas públicas (teoria da autonomia do Estado como resultado contingente dos conflitos).

Consequentemente, generalizar a autonomia do Estado é equivocado, pois cada caso terá um desfecho particular, produto das interações entre os vários atores sociais e as instituições estatais. A autonomia do Estado é um resultado possível, não um resultado certo.

O mesmo vale para os Estados democráticos, pois os ocupantes de cargos no Estado não são “agentes perfeitos do público”. Isto é, nem sempre agem de acordo com o melhor interesse dos cidadãos, o que quer dizer que, para cada caso, demanda-se uma investigação concreta, já que “O Estado capitalista contemporâneo constitui ‘um complexo amorfo de órgãos governamentais com fronteiras muito mal definidas, desempenhando uma grande variedade de funções não muito diferenciadas.’”¹²

4 O Governo do Capital

O terceiro grupo de teorias (“teorias estatais da reprodução do capitalismo”) defende de modo geral que o Estado é constrangido pelo capital, sobretudo pelos que detêm a propriedade privada, não tendo como agir de forma contrária a estes interesses. São, sobretudo, as teorias marxistas do Estado: o capitalismo não poderia ter sobrevivido diante das crescentes dificuldades de legitimação e de acumulação sem a interferência do Estado. Em poucas palavras: “as instituições do Estado funcionam para reproduzir o capitalismo.”

¹² SCHIMITTER (1986 apud PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 86.

Segundo essas teorias, entre as ameaças ao capitalismo podem-se citar, por exemplo: o fato de que as taxas de lucro declinaram; a população excedente não compõe mais um “exército industrial de reserva”; as condições econômicas necessárias para o desenvolvimento continuado capitalista (pré-condições, portanto) não são espontaneamente geradas; os explorados pelo sistema capitalista organizam-se politicamente etc.

O capitalismo passou a ser um “capitalismo de Estado”, dado o papel ativo que o Estado assumiu. As funções do Estado, nesse contexto, incluiriam: “garantia dos direitos de propriedade, a liberalização econômica, intervenção para o consenso social”¹³ etc. Todas as políticas públicas visam desempenhar essas funções e garantir a sobrevivência do capitalismo. Essa é a linha geral desta gama de teorias marxistas.

Marx, contudo, observa o autor, apesar da herança que lhe coube a partir dos pensadores marxistas, entendia diferentemente. Para ele, o capitalismo reproduzia e perpetuava a si próprio, bem como às pré-condições necessárias ao seu desenvolvimento e manutenção, tais como o direito, a ideologia, as condições institucionais. “O Estado não era necessário para nada, nem mesmo para repelir a ameaça revolucionária dos trabalhadores.”¹⁴ As teorias marxistas, no entanto, concordam apenas em parte com o autor do *Capital*, e afirmam que o que Marx dizia vale apenas para o capitalismo liberal. Habermas, por exemplo, diz que as condições não se repetem mais e que o capitalismo mudou, chamando-o de “capitalismo tardio”. Na mesma linha vai Offe, quando diz que o capitalismo tem apresentado uma tendência crescente à desmercantilização e à monopolização. Os Estados respondem a essa inadequação do mercado aumentando a acumulação sem prejudicar a legitimidade. “[...] o Estado deve substituir o mercado na função de alocar recursos para usos produtivos e de distribuir renda.”¹⁵ Por isso, tudo que os Estados fazem

¹³ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 91.

¹⁴ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 95.

¹⁵ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 98.

atende a uma função no capitalismo. E por que fazem? “O Estado é dependente da satisfação dos interesses de decisores privados porque não produz por si próprio e necessita da produção para realizar todos os seus objetivos.”¹⁶

Uma dificuldade que Habermas e Offe reconhecem é que a intervenção estatal na salvaguarda do mercado pode causar mais problemas do que trazer soluções. Isso acontece porque o Estado, ao intervir, politiza as relações econômicas, de modo que toda crise econômica se transforma em crise política.

Pzeworsky concorda com Habermas e Offe no que eles dizem sobre a intervenção estatal ser necessária ao capitalismo e que essa mesma intervenção gera problemas, porém acha a teoria por eles apresentada insuficiente para elucidar a questão.

Já para Poulantzas, outro teórico marxista citado por Pzeworsky, o capitalismo nunca é legítimo, dada a constante ameaça da classe trabalhadora. O Estado é o fator de coesão e ordenação de todas as atividades sociais. Isso se verifica também porque os capitalistas competem entre si, motivo pelo qual não são capazes de se articular coletivamente.

E o proletariado, por que não se organiza? O proletariado é revolucionário, mas o Estado o impede de agir coletivamente, pois trata a todos, capitalistas e trabalhadores, como cidadãos abstratos, impedindo estes últimos de organizarem-se como classe. Pzeworsky sublinha que a questão não fica clara na concepção de Poulantzas, porque o Estado funcionaria para regular. Além disso, Poulantzas parece entender que o capitalismo é invulnerável, pois a sua destruição passa pela destruição prévia do Estado.

Przeworsky ressalta que essas teorias não têm validação empírica e muito pouco se fez ainda de trabalhos estatísticos para comprovar suas hipóteses. Como ninguém sabe determinar com antecedência o que é necessário para o capitalismo,

¹⁶ PZEWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 98.

as teorias marxistas do Estado também não conseguem fazer predições e parecem concluir quais são as funções do Estado *ex-post*: “tudo o que os Estados fazem deve ser sua função.”¹⁷

Em sequência, e ainda investigando essa questão, Pzeworsky quer saber qual o papel dos conflitos de grupo na formação das políticas públicas. Sobre isso, traz à colação três respostas.

A “teoria da elite no poder” proclama que os dirigentes estatais têm os mesmos valores que os capitalistas, daí o Estado agir em favor destes últimos. A classe economicamente dominante é a que acaba chegando ao poder, formando os quadros de funcionários do Estado como políticos, juízes etc – a elite estatal.

Uma segunda resposta é composta pela “teoria da dependência estrutural” a qual diz que como os recursos produtivos são posse dos capitalistas, estes últimos impõem fortes restrições ao Estado, de forma que ele não consegue agir contrariamente aos interesses dos primeiros. Quando o Estado age contra esses interesses, os capitalistas simplesmente se recusam a investir economicamente: “se os governos têm interesses e objetivos próprios, ou se agem em benefício de uma coalização de grupos ou de uma classe, a realização de quaisquer objetivos que necessitem de recursos materiais coloca os governos em uma situação de dependência estrutural.”¹⁸ Em outros termos, os capitalistas têm o poder de veto sobre as políticas estatais.

Pzeworsky testou essa teoria com um estudo sobre a distribuição de renda aos assalariados e constatou que a renda pode ser distribuída sem uma redução nos investimentos. “A conclusão, então, é que, no capitalismo, os governos têm opções quanto a políticas econômicas e essas políticas têm consequências: a teoria

¹⁷ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 112.

¹⁸ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 120.

da dependência estrutural é falsa.”¹⁹ Além disso, essa teoria é restritiva, pois tudo leva a crer que os vetos não são meramente econômicos, mas os maiores constrangimentos são institucionais e políticos.

Para fechar o balanço sobre esse tópico, Przeworsky enfatiza que o marxismo funcionalista fracassou porque não foi capaz de sustentar sua tese central: “a de que o capitalismo sobrevive apenas devido a intervenção estatal.”²⁰ Até mesmo a classe trabalhadora acaba se tornando cúmplice na reprodução do capitalismo, em razão do que Przeworsky ressalta que, nesse esquema, o proletariado nunca aparece como sujeito, mas sempre como vítima iludida.

Ademais, não se conseguem responder as seguintes questões: como explicar as situações em que a burguesia aparece como antiestatista; porque os governos implementam determinadas políticas; e que o Estado desempenha uma “função” no capitalismo (para Przeworsky isto é reificação do Estado). Emerge dessa gama de teorias, contudo, a certeza de que é preciso estudar melhor os conflitos de classe.

O ponto é que se as teorias marxistas não conseguiram dar uma resposta conclusiva às questões que levantaram, isso não lhes retira o mérito de haver mostrado os problemas, que, segundo Przeworsky, ainda carecem de respostas.

A questão difícil é saber em que nível o capital constrange os governos. A resposta é essencial porque é decisiva para a democracia: se as limitações são de tal ordem que impedem os agentes estatais de realizar quaisquer políticas contra os interesses dos detentores privados da riqueza, as instituições democráticas são impotentes. Se esses limites não são de fato tão restritivos, a democracia pode ainda ter sucesso em propiciar bem-estar às classes desfavorecidas.

Przeworsky lembra ainda que devem ser considerados na relação estado/sociedade/economia outros fatores esquecidos como o constrangimento de Esta-

¹⁹ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 123.

²⁰ PZREWORSKY, Adam. *Estado e economia no capitalismo*. Trad. Argelina C. Figueiredo e Pedro P. Z. Bastos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 124.

dos por outros Estados, os fatores ideológicos e o fato de que mesmo dos governos de esquerda se exige uma administração responsável na atualidade.

Na conclusão das 148 páginas do livro, ele argumenta que cada teoria por ele citada tem uma relevância parcial para a realidade concreta. Reprova o fato que nenhuma delas testa lógica e empiricamente suas hipóteses, nem as rivais, e são raros os estudos estatísticos que foram realizados por elas. Nenhuma delas é de fato persuasiva e as respostas que oferecem são conflitantes. Uma possível alternativa em um campo ainda praticamente inexplorado é “a teoria dos jogos.”

No entanto, é possível evitar algumas armadilhas, tais como: defender sem reservas a autonomia do Estado na economia ainda que isso signifique gerar Estados autônomos, mas ineficientes; considerar que as limitações à democracia, apenas porque são onerosas, são mais poderosas do que outras institucionais e políticas; imaginar que um processo democrático perfeito teria o condão de eliminar a pobreza e a opressão; pensar que bastaria alocar os recursos sem supervisionar os dirigentes estatais etc. Apesar disso, até o momento final do livro, afirma-se que nada é conclusivo.

5 Considerações finais

É difícil ler um texto como o de Pzeworsky, principalmente o leitor não iniciado no assunto. O autor costura muitas teorias, na tentativa de mostrar uma visão panorâmica sobre o tema que mais embaralha a vista do que torna nítida a imagem. Muitas questões ficam sem resposta, outras são tratadas muito rapidamente com argumentos concisos que prejudicam a compreensão da tese explicada pelo autor. Ademais, parece defender que cada teoria é contingente à sua localização histórica e geográfica, não sendo possível obter uma teoria geral.

Suas análises, entretanto, são realistas, não partindo de premissas *a priori*, e sempre reclamando a necessidade de se realizarem estudos empíricos (os trabalhos estatísticos, várias vezes reclamados) para testar as hipóteses construídas.

Não hesita, de fato, em deixar questões em aberto, como quando diz que os resultados do processo democrático sob o capitalismo são indeterminados, pois dependem da interação das pessoas, do Estado e dos interesses dos grupos. A impressão que fica ao final é que Pzeworsky operou uma grande desconstrução dos postulados clássicos (sobretudo marxistas) da teoria do Estado, sem pretender em momento algum apresentar uma solução definitiva.

Review of the book "The State and the economy under capitalism", from Adam Pzeworsky

Abstract

This review's objective is to present the basic ideas developed by Adam Pzeworsky in his book "The State and the Economy under Capitalism." The central premise from where the author starts is this inquiry: the capitalism is characterized by a permanent tension between market and State. Thus, throughout the text, he seeks to investigate whether this tension can be solved and how, and which are the consequences that result from this struggle for democracy. Finally, the review concludes with a brief critical analysis of the book's contents.

Keywords: Capitalism. State. Economy. Market. Democrac.

**Para publicar na revista Brasileira de Políticas
Públicas, acesse o endereço eletrônico
www.publicacoesacademicas.uniceub.br.
Observe as normas de publicação, para facilitar e
agilizar o trabalho de edição.**